

Do trauma ao complexo de Édipo

Este é um texto de apoio para a quarta unidade do programa de Psicanálise II, dedicada ao Complexo de Édipo, e descreve a trajetória teórica de Freud em relação às suas hipóteses sobre a neurose, que se iniciou com a chamada “teoria do trauma” (ou sedução) e conduziu ao conceito complexo de Édipo.

2. Do trauma ao complexo de Édipo

Na vigília, vejo um tigre e tenho medo; no sonho, tenho medo e vejo um tigre(Jorge Luis Borges).

La vida es sueño (Calderón de la Barca)

Justaposição x articulação

Se fosse feita uma pesquisa a respeito, muito provavelmente a maioria dos consultados responderia que a palavra “psicanálise” evoca prontamente três imagens ou linhas de associação: traumas sexuais sofridos na infância, criancinhas libidinosas ao seio da mãe, brincando com as próprias fezes ou abrindo a porta do quarto dos pais em horas impróprias e, finalmente, certa curiosidade acerca da misteriosa atração que sói acontecer entre pessoas separadas por uma geração.

A suposição acima não foi extraída do nada, embora sua base se restrinja à experiência do magistério (perguntas feitas a alunos por ocasião da abertura dos cursos); é lícito supor, entretanto, que o nome de Freud esteja fortemente ligado, no imaginário da maioria, à importância decisiva atribuída às experiências infantis, à afirmação do surgimento precoce do prazer, e à noção de que o adulto escolhe seus amores de acordo com os modelos familiares.

Se assim for, efetivamente, será preciso reconhecer que o senso comum não costuma enganar-se tanto como os eruditos se comprazem em proclamar; o problema é que essas três conceituações, que correspondem certamente a momentos capitais da teorização freudiana, são apresentadas de maneira justaposta, configurando um quadro geral bastante confuso. De fato, atentados sexuais infligidos a criancinhas evocam uma imagem de inocência infantil que só pode cair a segundo plano quando se afirma que até o ato de mamar provoca no lactente algo como um prazer que inclusive explica uma das carícias preliminares mais comuns entre adultos; e como conciliar a ingenuidade das perguntas e suposições dos pequenos pesquisadores, a imaturidade do corpo infantil, com as emoções mais fortes do amor e do ciúme (tão semelhantes às dos apaixonados), dirigidas a pais e irmãos?

À primeira vista, tudo se passa como se a falta de uma perspectiva histórica da psicanálise levasse a confundir momentos diferentes do pensamento freudiano. E sem

dúvida isso é bastante comum. Mas o problema vai além; porque se a teoria do trauma, a primeira a ser formulada por Freud, foi superada e descartada, a descoberta da sexualidade infantil (que a substitui) enquanto associada às funções fisiológicas da alimentação e da excreção (*fase oral, fase anal*) sofre uma modificação crucial com a descoberta de um outro período (*fase fálica*) onde o fator imperante não é mais o biológico (ângulo geralmente empregado para focalizar a sexualidade), mas a fantasia. O complexo de Édipo, “descoberto” ou postulado após quase duas décadas de experiência clínica, situa-se justamente nesse momento, cuja vigência se dá aproximadamente entre 3 e 7 anos.

Entretanto, o famoso complexo aparece nos textos freudianos antes do terceiro período da sexualidade infantil, aliás facilmente datável através do pequeno ensaio que constitui sua certidão de nascimento: *A organização genital infantil*, de 1923. Ou seja, se a teoria freudiana tem uma história que é preciso compreender para não misturar esquemas explicativos diferentes, o próprio conceito que não sem razão é considerado central tem sua própria história particular... Portanto, Édipo não será o mesmo, conforme a data do texto em que comparece. Não há tampouco qualquer razão para supor que Freud se ocupasse em esclarecer esses aspectos; na verdade, ele age como um navegador impetuoso que deixa aos cuidados de pacientes e atrasados cartógrafos a elaboração dos mapas onde os continentes e ilhas descobertos encontrarão sua representação correta ou aproximada. O motivo desse descaso, real ou aparente, com a sistematização, talvez seja a própria complexidade do empreendimento. Mas seja como for, a consequência foi que não só o senso comum se desorientou com a defasagem resultante, mas os próprios estudiosos da obra freudiana encontram dificuldades em entender a evolução ou o desenvolvimento da teoria. Daí as freqüentes controvérsias e as diferentes leituras, que cindiram a psicanálise em linhas divergentes, como o culturalismo (Fromm, Horney, Sullivan), a escola kleiniana, o movimento lacaniano. Curiosamente, esses pólos teóricos separam-se inclusive geograficamente: o culturalismo “é” norte-americano, em termos de orientação, preocupação, estilo e “clima” dos próprios textos, onde raramente deixa de ser veiculada uma mensagem de adaptação do indivíduo ao meio; o kleinismo exerce sua influência com a sutileza distante característica de uma majestade britânica, respeitável e liberal; e é impossível não reconhecer o brilho e o hermetismo próprios do discurso intelectual francês no estilo lacaniano, ou o decidido engajamento – tão semelhante ao político – de seus adeptos.

A existência dessas divisões certamente coloca o leitor de sobreaviso quanto à versão que lhe será oferecida. No decorrer deste livro tal questão será discutida através do confronto entre as posições características de cada escola: o peso relativamente maior concedido à influência do ambiente (culturalismo), a proeminência dos fatores constitucionais de forte conotação biológica (kleinismo), a ausência de referências aos elementos ambientais e biológicos (linha lacaniana). Seria impreciso dizer que Jacques Lacan promove o simbólico a primeiro plano, visto que “simbólico” pode significar muitas coisas e certamente também está presente nas concepções culturalista e kleiniana; a afirmação se torna mais consistente através de uma negativa: na ótica do mestre francês, não é o meio que modela a personalidade, nem esta seria fruto de uma interação entre impulsos sexuais de origem biológica e normas culturais veiculadas pela família. Somente a apresentação e discussão do Édipo estrutural, perseguida no

terceiro capítulo deste ensaio, permitiria definir mais incisivamente a formulação lacaniana que, sem qualquer julgamento apriorístico quanto a seu mérito, é inquestionavelmente a mais complexa das leituras de Freud.

A teoria do trauma

Se os 23 volumes das obras completas de Freud são a bíblia do psicanalista (comentário freqüente, proferido em tom irônico, jocoso ou constataativo), então a frase inicial não precisaria ser alterada: “No princípio era o Verbo” vale igualmente para o novíssimo testamento do patrono da indústria de divãs. Entretanto, a importância concedida à linguagem, nos primórdios da psicanálise, era exclusivamente metodológica. A cura se fazia pela palavra – afirmação tanto mais escandalosa quanto os primeiros sintomas tratados se expressavam através do corpo. Breuer – amigo, protetor, orientador, precursor, colaborador e finalmente “traidor” de Freud – foi o primeiro a surpreender-se com a eficácia de um novo tipo de confessor, o psicológico. Um simples desabafo, cujo conteúdo descrevia o nojo sentido pela paciente ao entrar no quarto da governante onde deparou com seu cachorro lambendo água no copo usado pela mesma, fora suficiente para erradicar um sintoma que durava há meses: Anna O. não conseguia beber água e muito menos levar copos à boca, mitigando a sede com frutas suculentas. A narração desse episódio se repete invariavelmente em quase, senão todos, os textos introdutórios, a partir das *5 lições de psicanálise*. Foi a primeira vez que se suprimiu um sintoma pela palavra, escreve Freud nesse pequeno livro. Afirmação provavelmente incorreta, visto que as práticas ligadas à sugestão – como a hipnose – lidam afinal de contas com a verbalização. Mas, em certo sentido, o que se passou entre a jovem de 20 anos e o clínico geral da família foi muito peculiar; não houve correntinhas balançando, olhares penetrantes, transe, ordens proferidas em tom imperativo, obediência submissa da outra parte. A moça narrou espontaneamente e em terceira pessoa um episódio aparentemente banal cuja conexão com sua impossibilidade de ingerir líquidos tornou-se afinal evidente, e essa combinação entre o relato de um evento desagradável mais a concomitante exteriorização da emoção retida na ocasião resultou na supressão da inibição: para minha grande surpresa, conta Breuer em *Estudos sobre a histeria* (escrito em conjunto com Freud), Anna encerrou o relato pedindo um copo d’água e levou-o aos lábios como se fosse a coisa mais natural do mundo. (E era. A supressão de todo sintoma neurótico permanecerá marcada por esse misto de surpresa diante de algo como que milagroso e ao mesmo tempo inteiramente banal.)

Esse primeiro e dramático êxito terapêutico passará a representar, de urna vez por todas, o conteúdo do “espetáculo” psicanalítico: comportamento absurdo, recordação de um evento esquecido pelo qual o anterior ganha sentido, catarse (ou exteriorização) de emoções penosas, cura súbita aparentemente inexplicável mas felizmente compatível com as novas crenças científicas, aplicadas desta vez a um terreno onde as superstições pareciam ter encontrado um santuário inexpugnável – algo como entrar com um trator numa floresta encantada para promover a agricultura. Essa imagem agressiva talvez peque por excesso – mas em certo sentido explica igualmente uma recriminação freqüentemente proferida: a de que a psicanálise é

racional demais, desrespeitando o caráter sagrado de certos sentimentos, como o amor, cujo mistério deveria ser preservado.

Seja como for, a teoria do trauma, primeira a ser formulada por Freud, difere da teoria catártica de Breuer em apenas dois pontos, mas capitais: o trauma será sempre de natureza sexual, ainda que no sintoma não haja qualquer indício disso; e terá ocorrido na infância, sendo esquecido até que a puberdade o ressuscite através de uma sexualidade recentemente despertada, tal como os vampiros da Transilvânia naturalizados em Hollywood deixam seus túmulos seculares quando devidamente abastecidos de sangue. Na seqüência, o evento traumático é novamente expelido da consciência, só que desta vez não se trata de um banal esquecimento – as lembranças desagradáveis serão exiladas no inconsciente (então concebido como um depósito de traumas) ao preço de deixar um representante em seu lugar: o sintoma, queixa que leva seu portador ao psicanalista e ao mesmo tempo constitui a “pista do crime”. Como em todo romance policial, o criminoso se compraz em facilitar soluções falsas: dos sintomas não se pode esperar que manifestem abertamente o elemento sexual reprimido, que é cuidadosamente disfarçado.

Acrescentemos um dado perturbador: o trauma precisa ser escondido porque a vítima não se sente plenamente convencida de sua própria inocência...

Tal como aconteceria no caso de uma pessoa doente, o sintoma psicológico constitui um sofrimento. Algo não vai bem no corpo: dores, paralisias, anestésias, distúrbios sensoriais, enxaquecas, náuseas; mas os exames médicos não detectarão qualquer problema orgânico. Não só no corpo: irritabilidade, melancolia, falta de interesse, apatia, ansiedade, sentimento de culpa, inibição, medo, “idéias fixas” ou obsessões: mas não há acontecimentos recentes justificativos ou proporcionais a vivências tão penosas.

A vasta coleção de queixas exige de Freud um paciente e árduo trabalho, classificatório primeiro, etiológico depois. Assim, são finalmente batizadas as primeiras “doenças” psicológicas: a histeria, velha conhecida do senso comum e da medicina, que o primeiro restringia às mulheres e explicava pela falta de relações sexuais (receitava-se o casamento), depois a neurose obsessiva, em seguida a fobia (cujo nome oficial tornou-se histeria de angústia). A busca das causas (etiologia) se orienta pela suposição do trauma sexual infantil, o que não deixará de escandalizar Viena, no entanto talvez a cidade menos retrógrada de uma época essencialmente moralista – afinal de contas, segundo a hipótese de Freud, onde houver um sintoma neurótico haverá também pais, irmãos, tios, primos ou governantas perversos, que fizeram de uma pequena criança indefesa o objeto de seus impulsos sexuais.

Contra todos os protestos dos respeitáveis cidadãos locais, o paladino da verdade, doa a quem doer, manteve sua posição (justificada pela crença na veracidade dos relatos de seus pacientes), interpretando a reação indignada da virtude ultrajada como hipocrisia; mas não pôde proteger seus pontos de vista da silenciosa corrosão promovida pelo trabalho clínico. Como na história da literatura policial, acontece que o mordomo, esse conveniente assassino, começa a exibir uma profusão de álibis e inversamente a própria pessoa que contratou os serviços do detetive para protegê-la

e/ou descobrir o criminoso passa a ser a principal suspeita. Como se dá essa reviravolta digna de um enredo de Raymond Chandler?

A descoberta da fantasia e a revelação da sexualidade infantil

A constatação de que a criança não é refratária ao prazer decorrente da manipulação do próprio corpo fornece a pista para poder pensar que ela própria vivencia as emoções que mais tarde, após a puberdade, serão convenientemente atribuídas a outrem; em outras palavras, o adulto prefere recordar seu passado sob o prisma de uma inocência maculada pela rejeição, repressão ou mimo excessivos. No limite, serão construídas cenas imaginárias onde as figuras parentais ou substitutas desempenham o papel de vilões clássicos, chegando a extremos de maldade, injustiça, superproteção... e luxúria.

Toda atenção será pouca para apreciar a importância do conceito expresso pela palavra “fantasia”; deve-se diferenciá-la claramente de mentira. Freud, que instava incansavelmente seus pacientes a falar da infância, sempre à espreita de algum trauma sexual onde supunha encontrar-se a chave mestra do sentido do sintoma, começa a suspeitar que essas recordações estão longe de representar acontecimentos reais, embora por outro lado não sejam propriamente invenções; trata-se antes de uma curiosa combinação de fatos e devaneios, realidade e imaginação.

Para um cientista, a constatação da inconfiabilidade de seus achados pode ser tão desanimadora como para um garimpeiro. Quando já se preparava para sacudir a peneira jogando fora as pepitas falsas, Freud foi salvo por uma idéia que exige o gasto mas no caso insubstituível adjetivo “genial”.

A fantasia, percebeu, não é uma mentira visto que seus autores acreditam nela; trata-se portanto de uma ficção, ou distorção, do ponto de vista objetivo, enquanto do ponto de vista subjetivo constitui uma verdade. Freud, dirá então que existe uma “realidade psíquica” a ser distinguida da “realidade” dos fatos. Tal como o leitor de um romance adere à narrativa, fenômeno que se repete com o espectador na sala de projeção ou no teatro, cada um de nós recria sua infância e acredita piamente senão nas próprias recordações pelo menos no sentido que destilam. As fantasias, portanto, encerram um significado, não são inventadas aleatoriamente, servem para representar uma visão de mundo, justificam a postura do sujeito, seus comportamentos, atitudes, sentimentos, com o corolário de atribuir aos outros tudo o que for negativo e problemático; enfim, aquilo que perturba os próprios projetos e anseios.

Mais interessante ainda: há fantasias conscientes (superficiais, inocentes, banais), detectáveis e controláveis pelo próprio sujeito; e fantasias inconscientes que pelo contrário governam nosso comportamento sem que sequer possam ser percebidas, pois atuam como crenças, valores, metas, ideais, tornando-se inquestionáveis como queriam sê-lo os reis por direito divino.

Entre a descoberta de sua existência e a ascensão da fantasia ao trono epistemológico da psicanálise decorre um longo período. A primeira consequência de sua consideração é o abandono da teoria do trauma; a segunda, uma modificação crucial

na concepção de sexualidade infantil (e da sexualidade em geral); a terceira se expressa na postulação da terceira fase (fálica) do desenvolvimento da libido, onde finalmente o complexo de Édipo encontrará seu lugar (seu tempo); a quarta permite prescindir de um mito (o parricídio pré-histórico) que Freud criara para explicar a incongruência entre as emoções vivenciadas pela criança e o ambiente geralmente protetor que envolve a infância.

Em outras palavras, na disputa do trono epistemológico da psicanálise, a fantasia derrota os rivais ambientalistas (explicação da formação dos sintomas pelos acontecimentos traumáticos); expulsa os pretendentes da dinastia biológica (explicação conjunta da formação dos sintomas e da personalidade em função da maior ou menor força dos impulsos biológicos ligados à sexualidade e à agressividade, e da intensidade da repressão); e finalmente desautoriza qualquer recurso ao passado remoto da espécie (mito do parricídio, que reúne elementos ambientais – acontecimento pré-histórico – e biológicos – lembrança desse evento transmitida geneticamente através das gerações).

Mas, perguntar-se-á, já que a biologia e o ambiente, o corpo e a cultura, o inato e o adquirido, são assim descartados enquanto explicações inadequadas da origem do psíquico, de onde provém a fantasia? A psicanálise não conhece a resposta. E nem tem por que procurá-la. Em todo caso, está em boa companhia: sua atitude é igual à da astronomia em relação à origem do universo, da física em relação à origem da energia e da matéria, da biologia em relação à origem da vida, da antropologia em relação à origem da espécie humana. Dir-se-ia que para compreender um dado conjunto de fenômenos torna-se necessário sacrificar previamente no altar do mistério a pergunta pela sua causa primeira...

Édipo vem à cena, na forma de um mito

Há um Édipo sem fantasia (cuja concepção se baseia na combinação de fatores constitucionais e adquiridos) e um Édipo alicerçado na areia movediça das ficções. Mas é este último que será chamado de estrutural, ou profundo. O primeiro é claudicante como o próprio herói tebano, resiste mal aos embates das críticas formuladas de todas as posições imagináveis – sociológica, histórica, mitológica, antropológica, biológica ou médica, religiosa. O outro sequer invulnerável, decifrador de quantos enigmas a esfinge ousar propor, como um Aquiles sem calcanhar. Mas alguém já disse (ou deveria ter dito) que se Aquiles não tivesse calcanhar morreria afogado; toda teoria é, senão refutável, pelo menos superável – um degrau na interminável ascensão em direção ao que quer que se queira designar por verdade. Para que isso ocorra, entretanto, é necessário antes explicitá-la e compreendê-la tão claramente como possível, sem subterfúgios nem esoterismos.

O surgimento do complexo de Édipo nos textos de Freud constitui certamente um fato *sui generis* na história da ciência (supondo que caiba essa denominação para a psicanálise). Ele aparece sem qualquer estardalhaço, nem pompa e muito menos circunstância, que era o mínimo a esperar de um conceito tão fundamental destinado a provocar mais escândalos do que os já acumulados pelas hipóteses anteriores de uma

teoria e um teórico não propriamente conhecidos pela tendência a reverenciar preconceitos.

Como a bela herdeira que convida inexplicavelmente para jantar um mendigo truculento capaz de provocar o máximo mal-estar da aristocrática família e depois anuncia o casamento próximo, Freud fala do complexo de Édipo pela primeira vez sem qualquer preparação prévia – ah, sim, já havia se referido a ele como tema de uma peça de Sófocles que resistiu impavidamente ao passar dos séculos e não devia ser sem motivo – num texto que abre a trilogia significativamente intitulada *Contribuições à psicologia da vida amorosa*.

1910: quinze anos após a publicação dos *Estudos sobre a histeria*, seu primeiro livro acerca das neuroses (em colaboração com Breuer), 34 anos depois de sua primeira monografia, neurológica, *Sobre a afasia*, aos 54 anos de idade, diz a frase-arauto, mais parecida a um comentário *en passant* do que com os clarins das grandes anunciações: “Ele começa a desejar a mãe para si mesmo, no sentido com o qual, há pouco, acabou de se inteirar, e a odiar, de nova forma, o pai como um rival que obstaculiza esse desejo; sucumbe, como dizemos, à influência do complexo de Édipo” (*Um tipo particular de escolha objetal no homem*, v. XI, p. 154). Escandalizado pela naturalidade da apresentação, Strachey, o editor inglês das obras completas, estampa um rodapé amarelo como um sorriso de desculpas: “Esse parece ser o primeiro emprego, publicado, do termo, por Freud. O conceito, naturalmente, há muito já lhe era familiar...”

De cena forma, não deixa de ser verdade. Lemos na 4ª lição de *psicanálise*: O pai em regra tem preferência pela filha, a mãe pelo filho: a criança reage desejando o lugar do pai se é menino, o da mãe se se trata da filha. Os sentimentos nascidos destas relações entre pais e filhos, e entre um irmão e outros, não são somente de natureza positiva, de ternura, mas também negativos, de hostilidade. O complexo assim formado é destinado à pronta repressão, porém continua a agir do inconsciente com intensidade e persistência. Devemos declarar que suspeitamos represente ele, com seus derivados, o complexo nuclear de cada neurose e nos predispusemos a encontrá-lo não menos ativo em outros campos da vida mental. O mito do Rei Édipo que, tendo matado o pai, tomou a mãe por mulher, é uma manifestação pouco modificada do desejo infantil, contra o qual se levantam mais tarde, como repulsa, as barreiras do incesto. O *Hamlet* de Shakespeare, assenta sobre a mesma base, embora mais velada, do complexo do incesto” (v. XI, p. 44).

Mas as 5 lições de *psicanálise* foram pronunciadas em 1909 e redigidas em 1910 (segundo a inversão característica da psicanálise, que privilegia a volátil palavra falada); portanto, a familiaridade com o conceito não data de tanto tempo assim... O outro texto citado por Strachey para invocar a anterioridade da posse do conceito sobre a sua consagração textual é *Teorias sexuais infantis*, de 1908. Mas nesse pequeno ensaio, cuja importância não poderia ser exagerada, Freud descreve a atividade intelectual da criança, desencadeada pelo seu temor de que um rival (um novo irmão) venha a usurpar seu lugar. Não há, entretanto, qualquer menção direta à situação triangular com os pais, a não ser pelo fato de que o enigma do nascimento impele os pequenos ciumentos a uma intensa atividade mental para entender o mecanismo da

produção de bebês, justamente com a finalidade de impedir a temida eventualidade. Se há um complexo subjacente ao texto, deveria ser chamado de “complexo do caçulato”.

Por outro lado, é lícito supor que *Teorias sexuais infantis* demonstre ter a descoberta do complexo de Édipo sido precedida pela aferição de um desejo de exclusividade, cujo alvo negativo seria constituído pelos iguais – um “complexo fraterno”, de fato mais aceitável, menos escabroso, mais lógico, do que a rivalidade diante da figura paterna. Na esteira dessa problemática, Freud acabará por constatar que não adianta ser filho único e nem órfão de pai... nunca se conseguirá possuir com exclusividade o desejo materno (muito menos o de qualquer outro humano; mas as razões dessa impossibilidade já dizem respeito ao Édipo estrutural).

Entretanto, o famoso complexo tem antecedentes mais longínquos, ainda que decididamente plebeus. Na obra-prima de Freud intitulada *A interpretação dos sonhos* (1900), o famoso conceito é apenas um figurante; mesmo assim, aí se encontra sua ficha de admissão na firma, como *office-boy* em quem ninguém suspeitaria o futuro diretor-presidente de uma verdadeira multinacional... O livro foi escrito em 1900; num rodapé acrescentado 19 anos depois, seu autor comenta: “Estudos posteriores demonstraram que o ‘complexo de Édipo’, que foi aflorado pela primeira vez nos parágrafos acima na *Interpretação dos sonhos*, lança luz de significado não imaginado sobre a história da raça humana e a evolução da religião e da moralidade (Ver meu *Totem e tabu*, 1912/3)”.

O trecho que nos interessa é precedido por um parágrafo sugestivo: “Então, se os desejos de morte de uma criança contra seus irmãos e irmãs são explicados pelo egoísmo infantil que a faz considerá-los seus rivais, como iremos explicar seus desejos de morte contra seus pais, que a cercam de amor e suprem suas necessidades e cuja preservação esse mesmo egoísmo a leva a desejar?” (v. IV, p. 271). Aqui se tematiza o caráter irracional do desejo, que leva de roldão quaisquer obstáculos opostos pela conveniência ou os interesses próprios.

O complexo de Édipo em sua versão empírica

Eis enfim o ponto de partida: a importância dos pais enquanto influência fundamental e determinante com relação ao futuro: “Em minha experiência, que já é extensa, o papel principal nas vidas mentais de todas as crianças que posteriormente se tornam psiconeuróticas, é desempenhado por seus pais. Estar apaixonado por um dos progenitores e odiar o outro é um dos constituintes essenciais do acervo de impulsos psíquicos que se forma naquela época e que é de tal importância no determinar os sintomas da neurose posterior” (v. IV, p. 276). “E que tanta importância têm na determinação dos sintomas da neurose posterior...” ficaria melhor; apesar dos maus-tratos infligidos ao estilo desse notável escritor que é Freud pela tradução da Imago, pode-se depreender que já em 1900 a teoria psicanalítica se aproximava da sua grande descoberta. E de fato, após acrescentar que os “psiconeuróticos” não diferem tanto assim dos normais (antecipando a pretensão de universalidade), ele invoca o célebre mito enquanto analogia e ilustração: “Essa descoberta é confirmada por uma lenda da antigüidade clássica que chegou até nós: uma lenda cujo poder profundo e universal

de comover somente pode ser compreendido se a hipótese que apresentei no tocante à psicologia das crianças tiver validade igualmente universal. O que tenho em mente é a lenda do Rei Édipo e o drama de Sófocles que traz o seu nome” (v. IV, p. 277).

Não custa acompanhar a versão freudiana:

Édipo, filho de Laio, rei de Tebas, e de Jocasta, foi enjeitado quando criança porque um oráculo advertira Laio que a criança que ainda não nascera seria o assassino de seu pai. A criança foi salva, e cresceu como príncipe numa corte estrangeira, até que, em dúvida quanto à sua origem, ele também interrogou o oráculo e foi advertido que evitasse o seu lar, visto que estava destinado a assassinar seu pai e receber a mãe em casamento. Na estrada que o levava para longe do local que ele acreditava ser o seu lar, encontrou-se com o Rei Laio e o matou numa súbita rixa. Em seguida, dirigiu-se a Tebas e resolveu o enigma apresentado pela esfinge que lhe barrava o caminho. Por gratidão, os tebanos fizeram-no rei e lhe deram a mão de Jocasta em casamento. Ele reinou por muito tempo com paz e honra, e ela, que, sem que ele o soubesse, era sua mãe, lhe deu dois filhos e duas filhas. Foi quando, então, irrompeu uma peste e os tebanos interrogaram mais uma vez o oráculo. É nesse ponto que tem início a tragédia de Sófocles. Os mensageiros trazem de volta a resposta de que a peste cessará quando o assassino de Laio tiver sido expulso do país.

Mas ele, onde está ele? Como encontrar agora os vestígios desse crime tão antigo?

A ação da peça consiste em nada mais do que o processo de revelar, com pausas engenhosas e sensação sempre crescente – um processo que pode ser comparado ao trabalho de uma psicanálise -, que o próprio Édipo é o assassino de Laio mas, ainda, que ele é o filho do homem assassinado e de Jocasta. Apavorado com a abominação que ele inadvertidamente perpetrara, Édipo cega-se a si próprio (sic) e abandona seu lar. A predição do oráculo foi cumprida (v. IV, p. 277).

A interpretação de Freud é sucintamente expressa: “Seu destino nos comove somente porque poderia ser o nosso – porque o oráculo lançou a mesma praga sobre nós antes de nascermos, como sobre ele” (v. IV, p. 278). “Oráculo” sem dúvida metaforiza algo constitutivo do próprio ser humano – mas não se trata de uma menção a impulsos biológicos porque o drama edipiano centra-se nas figuras evocadoras do amor e do ódio do herói, muito mais do que na satisfação sexual pura e simples. De fato, “oráculo” significa todo o devir do conceito, ou seja, a própria história do complexo de Édipo na teoria psicanalítica, cujo sentido próprio tampouco é, como parece, devido ao casal adotivo “ambiente + biologia”. Entretanto, em 1900 Freud ainda estava longe de conceder à fantasia o trono e o cetro e preferia mantê-la tão distante como Laio a Édipo. Portanto, conclui que “Como Édipo, vivemos na ignorância desses desejos, repugnantes à moralidade, *os quais foram forçados a nós pela Natureza e*, depois de sua revelação, podemos todos nós muito bem procurar fechar os olhos às cenas de nossa infância” (v. IV, p. 279). (Grifado por nós, para os comentários que se seguem, embora mais uma vez a tradução da Imago mereça a observação de que raramente se terá visto algo mais confuso e deselegante.)

Quem quiser rastrear a origem do Édipo freudiano ainda mais longe achará uma menção na carta a Fliess de 15/10/1897: "... a impressão causada por Édipo Rei torna-se inteligível (...) o mito grego revela uma compulsão reconhecida por todos em virtude de que os traços de sua existência são detectáveis em cada um de nós". (Laplanche e Pontalis, *Vocabulaire de la psychanalyse*, p. 80.)

Pretensa universalidade do complexo de Édipo

As insuficiências do Édipo empírico tornam-se patentes através do contraste entre a universalidade pretendida por Freud e os argumentos usados para apoiá-la. Todas as descrições anteriores primam pelo aspecto circunstancial, factual: "Estar apaixonado por um dos progenitores e odiar o outro..." Mas, perguntarão os ingênuos, e quando a criança for órfã, total ou parcialmente? E quando não houver uma figura substituta única, como, por exemplo, no caso das crianças institucionalizadas? E quando, indagará Malinowski, o papel repressivo do pai for desempenhado por outro personagem, que não tem aproximação sexual com a mãe, como o tio materno nas Ilhas Trobriand? E quando a criança não está "apaixonada" nem "odeia"?

Questões embaraçosas, que a duras penas são enfrentadas pelo hábil espadachim que é Freud, tão encurralado como Cyrano e tão prisioneiro como ele pelo amor à Roxane da ciência positivista. Padrastos, tios, avós, irmãos mais velhos podem de fato substituir os pais carnis, dentro de uma ótica empírica. Mas fica difícil, desse mesmo ângulo, entender o Édipo nas instituições, o Édipo nas famílias "equilibradas", o Édipo nas sociedades primitivas regidas pelo direito materno (como Trobriand), o Édipo nas famílias sem pai e sem figura masculina substituta. Curiosamente, essas objeções não parecem preocupar Freud excessivamente. É como se ele também já vislumbrasse a resposta (somente disponível dentro do Édipo estrutural), à qual pode-se antecipadamente aludir dizendo que para sobreviver toda criança deverá contar com uma figura em cujo desejo ocupe um lugar fundamental e que, por outro lado, está condenada a perder esse lugar por injunção da mesma figura, na medida em que for percorrendo o caminho pelo qual todo ser humano assume o próprio desejo, tornando-se um sujeito. Não é preciso acrescentar que a perda do lugar privilegiado junto à figura materna é atribuída a um rival usurpador, real ou imaginário.

Os problemas decorrentes da primeira formulação do Édipo são ainda mais prementes que o conjunto de objeções acima descrito, as quais apesar de tudo podem ser refutadas, embora a longo prazo e à medida que os fatores estruturais começarem a emergir. Em certo sentido, as referidas perguntas e objeções ajudam o parto do Édipo estrutural como um susto no fim da gravidez.

Mas as coisas se passam diferentemente quando se trata de aplicar o Édipo empírico à problemática fundamental da psicanálise: a terapia, onde se impõe a pergunta pelos fatores eficazes na neurose, na psicose (loucura), na perversão e... na relativa ausência das alternativas anteriores que a palavra "normalidade" só pode designar escoltada pelas aspas da suspeita; de fato, como será possível chegar às praias do "equilíbrio" depois do naufrágio do nascimento e das tempestades do desenvolvimento da libido?

A teoria do trauma era simples e inequívoca – postulava uma fragilidade infantil atingida pela contundência da concupiscência adulta, acontecimentos cujos efeitos viriam a manifestar-se após a puberdade na forma da aversão a uma sexualidade tão precoce como inadequadamente despertada. O problema é que os famosos traumas nem sempre – quase nunca – haviam efetivamente ocorrido; e, inversamente, muitas pessoas que realmente haviam passado por vivências dessa natureza não apresentavam sintomas. A partir da descoberta da sexualidade infantil restrita a uma concepção biologizante (fases oral e anal vistas como decorrentes das funções alimentar e excretora), os sintomas do adulto passaram a ser explicados em consequência da repressão excessiva sofrida na infância. Dentro desse quadro, os educadores, que na teoria do trauma eram perversos utilizando sexualmente a criança, tornavam-se puritanos excessivamente severos proibindo com castigos e vigilância desproporcionais as manifestações afinal de contas aceitáveis da libido infantil. Restara um eco da teoria do trauma na suposição complementar: a permissividade exagerada da parte dos pais encorajaria a falta de limites, fabricando um futuro perverso. Novamente a clínica mostrará que a repressão exagerada dos adultos (consubstanciada na famosa ameaça da castração) constitui na grande maioria dos casos uma distorção retrospectiva do paciente; e, por outro lado, crianças severamente educadas nem sempre viriam a desenvolver sintomas. As teorias do trauma/sedução e da sexualidade reprimida são respostas de Freud a relatos que toma como verdadeiros – mas é-lhe necessário ser ingênuo primeiramente para poder ser perspicaz depois. De qualquer forma, a segunda teoria formulada por Freud tinha a vantagem de explicar em conjunto a neurose e a perversão, isto é, dois excessos complementares, o do controle do desejo – hipocrisia disfarçada de virtude – e o seu descontrole – busca insaciável disfarçada de hedonismo.

O viés masculino da primeira versão do Édipo

Nesse momento, a teoria aparentemente dá conta da neurose e da perversão mas não tem como explicar a psicose nem a normalidade (ou como se queira designar a relativa ausência de conflito). Há porém um aspecto suplementar que precisa ser mencionado. Todo o modelo de sexualidade que subjaz as reflexões em questão se orienta com referência ao masculino. O prazer é apresentado como uma “descarga” prontamente assimilável à ejaculação; sua ausência tem o significado de uma espécie de intoxicação. Em alguns textos, notadamente *Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna*, de 1909, Freud faz supor que o prazer sexual feminino está de alguma forma ligado com a maternidade, mas não explicita essa tese que fica sem discussão nesse momento.

A formulação da primeira teoria do Édipo tem o mérito de tornar patente o viés masculino da sexualidade, na teoria psicanalítica. A princípio, Freud atribui à menina uma posição simetricamente inversa, dentro do quadro edipiano: rivalidade com a mãe, amor pelo pai. é quando Jung se sente plenamente autorizado a propor o termo complexo de Electra para o Édipo feminino. Por puro espírito de contradição ou já entrevedendo que as coisas não eram assim tão simples, Freud não aceita apadrinhar o novo complexo (municipando assim o futuro feminismo). Suas suspeitas se confirmam à medida que a indagação sobre a natureza do prazer feminino começa a avultar e as psicanalistas passam à produção teórica pondo em relevo a intensidade da relação

entre menina e mãe, num período que chamam de pré-edipiano. Dele, Laplanche e Pontalis nos dão a seguinte definição em seu *Vocabulário da psicanálise*: "... período do desenvolvimento psicosexual anterior à instauração do complexo de Édipo; neste período predomina, para os dois sexos, a ligação com a mãe" (p. 323).

Conceito impreciso, visto que o Édipo no menino tem um de seus aspectos mais fundamentais exatamente nessa ligação. Por outro lado, a fase anal se caracteriza por um pedido de amor incondicional feito a ambos os progenitores. Laplanche e Pontalis reconhecem a dificuldade; na seqüência do mesmo verbete acrescentam: "Uma tal fase existe também no menino mas é de menor duração, menos rica em conseqüências e mais difícil de diferenciar do amor edipiano, visto que o objeto permanece o mesmo"[1](ibidem, p. 323).

Enquanto a sexualidade fora concebida como algo "natural" e normalmente prazeroso cujos eventuais problemas estariam ligados quer a traumas infantis quer a uma educação excessivamente rígida ou permissiva, predominou no pensamento freudiano uma postura biologizante que escondia o enigma central: a questão do desejo. A constatação de que não só o corpo da criança, mas sobretudo sua mente está profundamente interessada nas ligações afetivas condensáveis sob a expressão "novela familiar" (sedução, rivalidade, ciúmes, amor), e de que, por outro lado, os próprios pais participam decisivamente do enredo com suas preferências, rejeições, valorização oblíqua dos filhos conforme o sexo, é o elemento principal para a descoberta dos efeitos da vida familiar na estruturação da personalidade, a que Freud chamou complexo de Édipo. O conceito de "auto-erotismo" que definia a sexualidade infantil precisou ser modificado a partir do momento em que a importância das relações intersubjetivas, desde o início da vida, ficou patente. Subsiste a noção de que a criança é autocentrada, e exige que o desejo das figuras parentais se coloque a serviço do seu – nesse sentido se poderia dizer que ela é auto-erótica, mas não mais no sentido de que seja independente do amor dos adultos, que deseja captar de todas as maneiras.

A diferenciação crucial entre necessidade e desejo

Desejo: toda atenção que se der a essa palavra-conceito será pouca. Tal como foi preciso diferenciar fantasia de mentira, torna-se imperioso distinguir desejo e necessidade. A necessidade provém de um estado de privação explicável biologicamente, e se orienta no sentido da satisfação, alcançável mediante o objeto adequado (em sua ausência sobrevirá a frustração). Mas o desejo surge de uma carência que é tudo menos biológica, e se orienta no sentido do prazer, cujo objeto não é precisamente definido. Ao contrário da satisfação, o prazer não apaga, temporariamente que seja, o desejo; pelo contrário, é lenha na fogueira. "Pior do que o amor não correspondido só o amor correspondido" lê-se na parede de um colégio, em desordenada caligrafia juvenil; "... ou o amor por correspondência..." acrescentou alguém querendo dar um toque bem-humorado à tirada do filósofo adolescente que enveredara, talvez sem saber, pelo paradoxal caminho transitado por Freud mas que afinal não pertence a ninguém e está ao alcance de todos, sendo constatável a olho nu particularmente quando as promessas do amor entram em eclipse.

O complexo de Édipo já em sua primeira e rudimentar formulação empurra a teoria para essa distinção fundamental entre desejo e necessidade e, não por coincidência, testemunha a concomitante ascensão da fantasia a primeiro plano. O desejo se expressa através da fantasia; todos os objetos (no sentido filosófico do termo; pessoas, situações, objetos propriamente ditos), que queremos e tememos, têm o seu valor ou ausência de explicados pela estrutura do desejo; a fantasia descreve os significados atribuídos ao objeto. Essas questões, cuja profundidade impele Freud a navegar profundas águas filosóficas, ele que queria permanecer confinado à rota de cabotagem das preocupações puramente clínicas, são extremamente difíceis de formular, quanto mais de “resolver”.

O objeto não tem um significado próprio, não é desejável ou indesejável intrinsecamente, pelas suas qualidades ou defeitos universais; se assim fosse, teríamos em consequência um comportamento humano uniforme, o que está longe de corresponder ao que pensamos saber do *homo sapiens*, mas em compensação se aplica com poucas ressalvas aos outros animais, cuja conduta é muito mais ditada pelas peculiaridades da espécie do que pelas particularidades individuais. Estas considerações valem inclusive para a sexualidade; a partir da primeira teorização do Édipo, como todas as insuficiências inerentes ao empirismo que a caracteriza, se coloca a questão de que o ato sexual não é prazeroso em si; pode ou não sê-lo, dependendo de seu significado para um determinado sujeito. Neste ponto surge o problema crucial da diferença entre os sexos: se a mãe é o primeiro “objeto” da criança, se a dádiva do seio materno (ou da mamadeira dada no colo...) é a primeira representação de um gesto amoroso, se o feto parece instalar-se sobre a satisfação da fome, então a sexualidade feminina coloca o seguinte problema crucial: como se explica na mulher a escolha heterossexual? O que é que a mulher busca no homem? Como pode ela abandonar a mãe, adotando em troca um modelo em cuja esteira ao invés de procurar alguém para “alimentar-se”, extrairá o seu prazer de “alimentar” o desejo do outro (conforme o próprio vocabulário erótico-por-nográfico comprova ao designar a parte masculina no ato sexual por “comer”)?

Limites e alcances da primeira formulação do Édipo

A investigação dessas questões vai fazendo as setas girarem na direção do significado da maternidade. Mas aqui, um primeiro obstáculo detém a pesquisa: depois de desautorizar as explicações biologizantes iria a psicanálise restaurá-las reafirmando um suposto “instinto materno” invocado pelo senso comum? E como explicar nesse caso o homossexualismo feminino, a histeria e a psicose?

Nesse ponto a teoria do Édipo empírico encontra seu Gibraltar, seu *Nec plus ultra*. Impossível prosseguir com tal equipamento rudimentar, não se pode navegar ao Atlântico dos grandes enigmas sobre uma estreita e frágil canoa. A sexualidade feminina e a psicose são os principais desafios; mas mesmo a neurose e a perversão, pensáveis dentro das explicações disponíveis, revelam aqui e ali as insuficiências da teoria.

De fato, o que é o Édipo empírico em termos de clínica? Sua grande novidade consiste no conceito de identificação, que permite um avanço notável sobre as suposições an-

teriores acerca da formação dos sintomas (trauma e repressão). Ao invés de enfatizar a eficácia dos acontecimentos traumáticos ou a força dos impulsos biológicos e sua repressão, isto é, ao invés de apresentar a construção da personalidade, em seus níveis consciente e inconsciente, como produto de eventos infelizes e/ou urgências libidinais, Freud nos diz agora que a situação edipiana representa o momento em que a criança é obrigada a sair da condição de objeto de amor das figuras parentais (posição que ela própria desejaria manter) para situar-se no terreno da assunção do seu próprio desejo – ou seja, posição de sujeito. De desejada (passiva) ela passa a desejante (ativa); seria mais exato ainda dizer: de desejar ser desejada ela passa a desejar ter quem a deseje. Nesse momento, precisa escolher um modelo (identificação sexual) que acarreta uma dupla conseqüência: ser (própria identidade) e ter (identidade do outro, daquele que será desejado por ela).

A situação edipiana no modelo clássico

Exemplifiquemos com a situação dita clássica: o menino se identifica com o pai, logo passa a desejar o amor da mãe; esta lhe é “proibida” não tanto como objeto sexual (problemática que se ocorrer é inteiramente secundária e pertence à adolescência, nunca à fase fálica) mas como figura portadora de amor incondicional, ou seja, aquela cuja posse afetiva daria ao menino todos os poderes – tornando-o privilegiado, isento de quaisquer limites, uma espécie de tirano que não só escapará à jurisdição das leis como cria a seu bel-prazer um código que obriga a todos, com sua exceção. A criança mimada é um exemplo em escala reduzida do que seria essa possibilidade, cujo corolário, na adolescência, bem poderia ser o incesto. Desnecessário descrever as conseqüências de uma tal situação, filho prestigiado pela mãe contra qualquer regra, justamente para permanecer em estado de dependência total.

Portanto, em certo momento da infância, a criança procura tornar-se sujeito absoluto, expulsando o pai de seu lugar junto à figura materna; fracassa porque ninguém pode ser tudo para outro humano; atribui esse fracasso à vitória do rival; depois, vê-se diante da encruzilhada: aceitar seguir o modelo do triunfador que aparentemente se encontra no paraíso – posse do amor da figura materna – ou manter a reivindicação de ser amado tal qual é, ou seja, na posição de objeto privilegiado.

Para o Freud do Édipo empírico, a “solução” consiste em internalizar a regra, ou seja, aceitar de um lado a proibição que impugna a oferta de amor incondicional simbolizado pela mãe, e de outro “crer” na promessa de receber no futuro a devida indenização, desde que se consiga cumprir os ideais promulgados pelo modelo. Concomitantemente, para ser visto como modelo “bom”, o pai deve ajudar equilibrando cuidadosamente as doses de proibição e propiciação, quer dizer, transmitindo ao filho tudo quanto constitui a sua força e habilidade, qualidades que o fizeram desejado pela figura materna.

A esse duplo processo e a essa dupla função – proibição e propiciação, reconhecimento da própria imperfeição e estabelecimento de um ideal a ser alcançado – Freud deu o nome de *superego*. O superego, nos diz, é o herdeiro do complexo de Édipo. Afirmção que pode ser entendida como a modificação que se opera na criança quando renuncia

à reivindicação de ser amada pelo que é, aceitando a exigência – doravante tornada própria – de vir a merecer o amor em virtude do que vier a se tornar. Aceitar que o amor deverá ser merecido e não exigido incondicionalmente comporta porém um perigo: o de que o ideal se torne tirânico e a pessoa se veja como não merecedora de amor – ou seja, a neurose.

Seja como for, a situação edípica (na visão empírica) se encerra com a internalização da lei – de maneira pior ou melhor – explicando como, doravante, o próprio sujeito poderá reprimir-se sem necessidade de coação externa, ao mesmo tempo que estabelece suas próprias metas em função de um desejo que, embora tenha origem externa, também é assumido como próprio.

Trata-se de um processo infinitamente delicado, escreve Freud. À primeira vista parece comportar um “tudo ou nada”; internalização da lei = normalidade, não internalização = neurose ou perversão (duas faces da mesma moeda; o neurótico esconde o perverso e vice-versa, conforme as súbitas conversões de “pecadores” em moralistas costumam demonstrar). Entretanto, o criador da psicanálise capta nuances mais sutis. Constata que ninguém “internaliza” a lei perfeitamente, no sentido de que nunca se aceita totalmente o “dar para receber”, nunca se abandona radicalmente a reivindicação de amor absoluto e incondicional, núcleo da paixão amorosa; ou seja, todos sofremos de conflitos, decorrentes da distância, jamais plenamente anulável, entre nosso desejo e a “realidade”. A neurose e a perversão passam a ser consideradas como decorrentes de modos específicos de internalização falha da lei; nessas estruturas, ou modos de ser, o sujeito acata a regra de má vontade, rebelando-se intimamente contra sua vigência e seus representantes, ou então desejando o lugar do poder para exercê-lo de maneira despótica justamente para infringir as normas não como rebelde mas enquanto autoridade exorbitante – ou seu protegido. A ausência – no sentido pleno – da internalização da lei ocorre na psicose (loucura), onde o lugar do desejo do outro foi apagado porque o sujeito não aceita qualquer limitação ao seu. (Muito mais tarde, Lacan proporá uma interessantíssima extensão desse raciocínio; o louco não pode reconhecer o desejo do outro porque não pode assumir o seu desejo como próprio, pois ainda se vê na posição de apêndice do corpo – logo do desejo – materno; ou seja, não pode reconhecer o desejo do outro por ser prisioneiro do desejo do Outro.)

Resta saber como é possível “escolher” entre neurose, perversão, psicose ou “equilíbrio”. De que maneira se explica que uma dessas estruturas prevaleça sobre as outras num dado sujeito, quais são os fatores eficazes no estabelecimento do destino individual. Aqui, como diante do enigma da feminilidade, o Édipo empírico encontra-se singularmente desarmado: não tem como responder a esta esfinge.

Sem surpresas: pois nesse momento Freud vê o modelo de identificação da criança como um adulto de carne e osso, e concede à educação conscientemente ministrada pelos pais uma eficácia que ela não tem. Tal como nem todas as crianças traumatizadas sexualmente viriam a desenvolver sintomas, tal como nem todas as crianças reprimidas exageradamente se tornariam neuróticas, as crianças cujos modelos são os mesmos – ainda que a passagem do tempo possa permitir algumas modificações nos pais, tais como amadurecimento ou rigidez – nem por isso deixam de diferenciar-se, às

vezes consideravelmente – e esse processo não é menor com relação a gêmeos. A hipótese da horda primitiva pode ajudar a explicar a universalidade do complexo de Édipo – mas não permite compreender, muito pelo contrário, a solução específica dada por cada indivíduo à problemática vivenciada na fase fálica, e que encerra os perigos da neurose, da perversão e da psicose.

O impasse somente será superado quando a teorização sobre a fantasia produzir novos resultados. Sabemos que Freud os desconsidera ao máximo, escandalizado pela constatação de que a razão última do comportamento nada tem a ver com os fatores biológicos e ambientais, os únicos que considera compatíveis com uma visão científica. A clínica acumula evidências de que a menina, na fase fálica, é dominada pelo desejo de possuir um pênis; por outro lado, o menino, simetricamente, adere à surpreendente crença de que todos os seres são dotados de pênis; a traumática (agora sim cabe o termo, como adjetivo) descoberta de que não é assim antecede e provoca o “complexo de castração”, um dos núcleos do Édipo, expresso pelo medo de ter o próprio pênis amputado, como castigo.

Desnecessário dizer o quanto essas ficções infantis se aproximam, sugerindo a existência de um fator comum que opera diferencialmente conforme o sexo da criança; representam a primeira consequência da constatação da diferença entre os sexos, que até os três anos era solenemente desprezada pelos interessados.

Tal como fizera 15 anos antes com os sintomas neuróticos, a partir de 1908 (*As teorias sexuais infantis*) Freud se dedica a um exaustivo inventário das fantasias, que diferencia em individuais, conscientes e atuais, de um lado, e coletivas, inconscientes e infantis, de outro. As últimas são poucas – na verdade seu número é ínfimo como o dos átomos quando comparado com as infinitas possibilidades decorrentes das combinações moleculares. Coito sádico, nascimento cloacal, cena primária, ameaça de castração, sedução pelos pais (onde se reconhecerá o motivo dos relatos dos pacientes que levaram Freud a formular a respectiva teoria do trauma) e, *primus inter pares*, a crença de que todos os seres possuem pênis.

Quando atrás dessa última suposição Freud percebe que o órgão anatômico é meramente representante de outra coisa – o quê? – estará aberto o caminho para o Édipo estrutural. Tudo se passa como se houvesse recebido finalmente o longamente desejado passaporte autorizando uma viagem para o lugar dos mistérios; na página reservada ao visto de entrada, o enigmático nome desse país que não consta de nenhum mapa: Falo.
